

O PROCESSO PEDAGÓGICO NO CAMPO DO JORNALISMO SOB A ORIENTAÇÃO E A COMPLEXIDADE DO ATO INTERDISCIPLINAR¹

Jorge Arlan de Oliveira PEREIRA

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Barra do Garças, Mato Grosso

Resumo

O campo do jornalismo se encontra submetido a intensos desafios por consequência das transformações tecnológicas na área da comunicação e do respectivo comportamento social, caracterizável como uma desorientação identitária. Também se deve às flagrantes distorções da cobertura nos grandes meios de comunicação. Este estado de coisas tem reflexos perturbadores nos processos pedagógicos do jornalismo. A reorientação viria por um ingresso vertical nos fundamentos do campo, a ponto de perceber com mais nitidez sua origem interdisciplinar e sua possibilidade de reafirmação exatamente por um novo percurso interdisciplinar. O percurso caracterizaria um movimento entre a disciplinaridade (campo do conhecimento) e a transdisciplinaridade (expectativa de retotalização do conhecimento). As relações de aprendizagem entre as disciplinas componentes de uma matriz curricular requerem habilidades/competências que se sustentam nos fundamentos do campo e na profundidade do ato interdisciplinar, como resposta a um ambiente de crise conceitual e pragmática. Os cursos de Jornalismo no Brasil, no espírito de suas novas Diretrizes Nacionais, podem assumir protagonismo na materialização dessas experiências.

Palavras-chave: Jornalismo; Ato interdisciplinar; Campo do conhecimento; Experiências inovadoras.

INTRODUÇÃO

s abordagens deste artigo se orientam pelo interesse em pensar o processo pedagógico numa perspectiva abrangente, remetendo a discussões de como a discliplina precisa ser entendida em suas relações com as dimensões do interdisciplinar, do transdisciplinar e da totalidade do conhecimento. Tomamos o conceito de disciplina em duas acepções: a) Qualquer ramo do conhecimento (artístico, científico, histórico, etc.); b) Matéria de ensino. Mantidas as peculiaridades de cada uma dessas esferas conceituais, entende-se que ambas podem ser percebidas nos raciocínios em torno dos sistemas e subsistemas de conhecimento.

Valoriza-se neste estudo o ato interdisciplinar como movimento que leva as disciplinas a verticalizarem a compreensão de si mesmas para, na sequência, se lançarem em relações interdisciplinares. A disciplina constitui um determinado espaço do

¹Trabalho apresentado na modalidade Comunicação Científica, no Grupo de Trabalho Projetos Pedagógicos e Metodologias de Ensino, do XII Ciclo Nacional de Pesquisa em Ensino e Extensão em Jornalismo, evento componente do 16° ENPJ.



conhecimento e pode ser vista como um sistema ou subsistema cuja organização não é definitiva, mas é detentora de uma estabilidade transitória que permanece válida enquanto sua transitoriedade produzir efeitos na realidade.

Nestes termos, antes de compreender um curso de jornalismo, é preciso compreender o jornalismo como campo do conhecimento, em seu caráter disciplinar, em relação à totalidade de conhecimentos; depois entender o curso e a formação jornalística que este se propõe a oferecer, expressa no seu plano pedagógico. Na sequência, identificar a natureza de cada disciplina que, no conjunto da matriz curricular, pretende ser um percurso para alcançar a formação profissional e cidadã desejada.

O processo pedagógico se estabelece e se reorganiza neste contexto. Por essa razão as técnicas pedagógicas não podem se prender meramente aos aspectos da curiosidade, do surpreendente ou do formulismo. As estratégias de aprendizado precisam ter como referência o conteúdo, ou seja, aquilo que demarca a identidade do saber em jogo. A partir disso, professores e alunos podem criar caminhos de apreensão e de desenvolvimento do saber de cada disciplina, mantendo no horizonte, porém, o dever que cada disciplina tem de pensar e discutir os fundamentos da formação jornalística. Tais fundamentos proporcionam unicidade para que as disciplinas, a partir de uma necessária incursão em si, formem elos interdisciplinares de conhecimento.

DO DISCIPLINAR AO TRANSDISCIPLINAR

O jornalismo se constituiu a partir de outras disciplinas, em relações interdisciplinares, seguindo processos tradicionais de configuração de um espaço de conhecimento novo. Afirma-se como um campo de conhecimento, portanto uma disciplina, conceituação que nos leva a pensar a respeito. Compreende-se que o disciplinar, no isolamento, com níveis de especialização que remetem apenas a si, esgotando-se na própria razão, representa a morte do sentido e do propósito da especialização. A disciplina pode ter fim, se não mais emanarem, da realidade social, razões para sua existência.

O desafio do ato interdisciplinar é que cada disciplina envolvida faça um ingresso vertical em si, estabelecendo relação com os fundamentos de outras disciplinas, num movimento que se desprende da superficialidade. Os fatores que justificam a existência e a permanência de uma disciplina se expressam em dois aspectos principais. Um é o adensamento de fragmentos, antes dispersos, em torno de um núcleo de



conhecimentos. O outro é a demanda da sociedade na busca de atender suas necessidades e perspectivas, a partir dos conhecimentos de determinada disciplina.

A massa universal de conhecimentos constitui uma totalidade. Em estado puro, o conhecimento não é recortado por áreas, campos ou núcleos, e não se submete às fronteiras traçadas, pela ciência. A massa universal de conhecimentos poderia ser comparada ao planeta Terra, cujos sistemas naturais funcionam independentes dos limites geográficos e políticos definidos pelo homem.

A validade de uma disciplina não se esgota por estabelecer novas relações interdisciplinares, receio de membros de determinadas comunidades de conhecimento, desde de que suas buscas e respostas continuem a atender demandas das sociedades. A permanência de uma disciplina se encontra assegurada enquanto ela se mostrar imprescindível, caso contrário teria o mesmo fim das estrelas, cuja luz esmaece até se apagar.

As disciplinas são, portanto, um construto, marcadas pela transitoriedade. O tempo desta transitoriedade não está dado e fica condicionado à intensidade de seu valor de uso para a sociedade e para a ciência. Como fragmento de uma totalidade, a disciplina tende naturalmente ao interdisciplinar, razão, inclusive, de sua própria existência, e se movimenta no sentido da transdisciplinaridade, ou seja, a um retorno conceitual à totalidade.

A totalidade não é imutável, sendo passível de transformações pela intervenção, consciente ou não, dos atos disciplinares e interdisciplinares. A própria transdisciplinaridade, portanto, é transitória, porém incomparavelmente mais permanente que a disciplinaridade. Vê-se que a transdisciplinaridade e a disciplinaridade trazem em si um determinado grau de estabilidade, enquanto que a interdisciplinaridade se caracteriza fundamentalmente pelo movimento.

Mas a interdisciplinaridade é confundida, de modo frequente, com a multidisciplinaridade, dimensão em que a intensidade do movimento assume proporções muito menores. A multidisciplinaridade provoca contato de conhecimentos disciplinares, observando o mesmo objeto de pontos de vista diferentes, no entanto não configura exatamente a interação (transversal) dos conhecimentos das disciplinas envolvidas.

Os riscos de uma disciplinaridade, que se proponha fortemente estática, é o de inviabilizar o movimento interdisciplinar e interditar o transdisciplinar, representado pela



massa universal de conhecimentos. A massa universal de conhecimentos, recortada artificialmente pelas disciplinas e tensionadas pelos movimentos interdisciplinares, sofre transformações. A totalidade não é estática. Expande-se na medida em que sofre a ação conceitual das disciplinas e do movimento interdisciplinar.

A expressão do dinamismo da massa universal de conhecimentos é perceptível no conhecimento resultante da interdisciplinaridade. A partir deste novo conhecimento, abre-se perspectivas desconhecidas anteriormente, situação que demonstra que a massa universal foi levada a se revelar em outras dimensões. Esta revelação da massa universal pode ser o simples desvelamento, aos olhos humanos e da ciência, daquilo que a totalidade já havia produzido. Por outro lado, a revelação mencionada, pode ser a auto revelação de uma totalidade em movimento. E, numa terceira perspectiva, a revelação poderia ser compreendida como uma resposta da massa universal aos tensionamentos impostos pelas disciplinas e pelos movimentos interdisciplinares, em combinações imprevistas na sua dinâmica natural.

O problema, limitador da clareza da revelação, é que a massa universal de conhecimentos, ou seja, a totalidade, é sempre desconhecida em sua plenitude. A totalidade diz respeito, portanto, ao conhecimento natural, revelado ou não pela ciência, e ao conhecimento cultural, construção humana, que for capaz, consciente ou inconscientemente, de levar a totalidade a repropor-se em novos arranjos.

O ato interdisciplinar gera conhecimentos novos, em movimentos que apontam para a formação de novas disciplinas, porém não significa, automaticamente, o enfraquecimento das disciplinas envolvidas. Pelo contrário, pode representar um processo dinamizador e renovador destas disciplinas geradoras dos respectivos conhecimentos. A ação interdisciplinar, remetendo ao transdisciplinar, não representa obrigatoriamente a negação da disciplina.

O movimento interdisciplinar fecundo ocorre quando as disciplinas envolvidas verticalizam suas trocas, oferecendo à outra o resultado de um ingresso profundo na sua auto compreensão. As trocas superficiais induzem a equívocos mútuos, por se sustentarem, com frequência, em auto incompreensões. O movimento interdisciplinar, neste caso, é superficial, sem a condição de liberar o potencial transformador de cada disciplina, como se não tivesse alcançado um necessário ponto de fusão de conhecimentos.



A disciplina, isolada em si, estática, em rejeição ao movimento interdisciplinar, pode provocar o seu esgotamento prematuro. Ao não se revitalizar no interdisciplinar, deixa de perceber as modificações do contexto e as novas demandas sociais que justificariam a permanência de sua presença/ação. Seria um esgotamento decorrente de sua auto incompreensão.

O interdisciplinar não remete à mera justaposição de disciplinas, mas à interação que permite, simultaneamente, conservar e superar o estágio do conhecimento disciplinar. Trata-se de um processo que permite alcançar novos resultados e modifica a natureza e a função das disciplinas tradicionais. Não se refere mais aos resultados que poderiam ser obtidos por uma disciplina originária isoladamente e sim ao alcance que esta passa a ter na combinação com outras, na resolução de problemas para os quais não havia antes uma adequada resposta.

A disciplina original, porém, não desaparece porque se conservam os preceitos que a constituem e que lhe possibilitaram, na interação, dar as novas respostas solicitadas pela sociedade. Esta base assegura legitimidade e força à disciplina para novas interações. O cumprimento da tarefa exigirá que as disciplinas envolvidas cheguem ao ponto de se recriarem conceitual e teoricamente e não fazer apenas uma simples deslocação de conceitos ou de empréstimos teóricos e metodológicos. A função da interdisciplinaridade é estender uma ponte entre o momento identificador de cada unidade básica de conhecimento (disciplina) e o necessário corte em que ela se diferencia, pela interação, na expressão qualificada e complexa da resposta.

A complexidade é um conceito que procura expressar as múltiplas faces da realidade. A realidade não é mais percebida como um objeto inerte, mas como processo, devir, doação, construção. Por isso, o princípio da complexidade remete às inter-relações entre as partes e o todo, a continuidade e a descontinuidade. (PAVIANI, Jayme, 2008, p.47).

Propiciaria emergir também as experiências culturais sem visibilidade, aquelas que normalmente compõem o arsenal das relações primárias e identificadoras de grupos sociais. Constituir-se-ia em processo de transformação complexo e contraditório, num constante jogo de forças em que o fragmentário tende a dissipar a tradição, afetando a memória e os modos peculiares pelos quais os conhecimentos foram constituídos, enquanto os sistemas estabelecidos procuram anular o poder desestabilizador das novidades.



A percepção do potencial transformador das culturas sem visibilidade de uma região, por exemplo, não poderia se limitar a preservar a memória, mas a recuperá-la na capacidade de desestabilizar os conhecimentos postos, com o objetivo de participar das definições sobre o agora e o futuro. Estamos nos referindo a uma interdisciplinaridade que não se limite a um conjunto de relações entre as partes e o todo, mas que seja uma descoberta singular que não se reduz nem ao todo nem às partes isoladas, ou seja, é somente a interação do todo e das partes que propicia a originalidade inovadora das respostas.

Como a interdisciplinaridade autêntica não é reduzível a denominador comum e se orienta pelo princípio da diversidade e da criatividade, o projeto pedagógico de um curso de Jornalismo, por exemplo, vê-se desafiado a construir problemáticas que requeiram investigação conjunta de saberes, na fecundação recíproca das disciplinas, como caminho para enfrentar os problemas decorrentes da fragmentação social. O paradigma disciplinar da produção do conhecimento não é o suficiente para responder aos problemas complexos e são necessárias outras abordagens para dar conta da realidade complexa e híbrida, exigência das condições contemporâneas.

A expectativa é de que os profissionais egressos sejam capazes de realizar diagnósticos, elaborar metodologias e analisar as questões socioculturais, políticas e econômicas que interferem no âmbito das práticas do desenvolvimento e do planejamento social, regional, ambiental e educacional de determinada realidade social. A pretensão se harmoniza com o pensamento de Frigotto (1995a), pelo qual a interdisciplinaridade é uma realidade e um problema relacionado à realidade concreta, histórica e cultural, constituindo-se assim como um problema ético-político, econômico, cultural e epistemológico. Assim:

A interdisciplinaridade se apresenta como problema pelos limites do sujeito que busca construir o conhecimento de uma determinada realidade e, de outro lado, pela complexidade desta realidade e seu caráter histórico. Todavia esta dificuldade é potencializada pela forma específica que os homens produzem a vida de forma cindida, alienada, no interior da sociedade de classes (FRIGOTTO, 1995a, p.31).

Paulo Freire afirma que realidade não é só dado objetivo, o fato concreto, senão, também, a percepção que o homem tem dela. Como Karel Kosik, entende que realidade não é a junção de partes simples de um todo, nem o conjunto de todos os fatos:



A consciência de fatos isolados, sem a compreensão desses como partes estruturais, não se constitui no que Paulo Freire chama de leitura da realidade. Conhecer a realidade é compreender os fatos como partes ou como pequenas totalidades pertencentes a um todo maior, a uma "totalidade concreta". [...] Os fenômenos sociais estão vinculados a uma realidade macrossocial que imprime neles sua marca histórica e os seus significados culturais. Captá-los, criticamente, supõe desvelar seu fundamento, origem, tendências e contradições, descobrindo ainda o lugar que cada um ocupa na totalidade do próprio real. Ler a realidade significa compreender os fatos como partes estruturais de um todo dialético (ANDREOLA, Balduino. In.: Streck; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José, 2008, P. 350).

Freire considera a interdisciplinaridade requisito para uma visão da realidade nas perspectivas da unidade e da totalidade do real. Ele expressa sua concepção teórica da interdisciplinaridade, relacionando-a com a disciplinaridade, com a multidisciplinaridade e com a transdisciplinaridade. Segundo ele, o Real enquanto Real, é uma totalidade transdisciplinar. "Ao processo político de cindir o Real através das parcialidades disciplinares, deve seguir-se a retotalização transdisciplinar, mediante um processo epistemológico interdisciplinar" (GADOTTI, Moacir. In.: Streck; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José, 2008, p. 237).

DISCURSO JORNALÍSTICO E MOVIMENTO INTERDISCIPLINAR

O jornalismo não se justifica fundamentalmente pelas transformações das tecnologias da informação, embora delas receba impactos pelas alterações do contexto social. Aparatos e estilos de linguagem não são, para o jornalismo, uma razão em si. O jornalismo pode ser realizado em diferentes suportes midiáticos e modelos linguísticos.

O interdisciplinar jornalístico será percebido se, antes, houver um ingresso profundo no seu caráter disciplinar, fazendo um mergulho para dentro de si, a fim de compreender melhor as razões que o justificam como disciplina, processo que, entendemos, irá encaminhá-lo para observar as relações interdisciplinares que lhe deram origem e que podem lhe orientar sobre o futuro. Faz-se necessário desencadear esse movimento interdisciplinar.

Seria interessante, então, revisitar alguns de seus pressupostos. A pretensão de absolutizar determinadas conceituações gera incoerências e impasses no campo do Jornalismo. Assinalamos, neste sentido, a título de exemplificação, os significados de



independência, imparcialidade e neutralidade. Eles precisariam ser desabsolutizados, sem deixar de manter determinada centralidade, o que os difere do mero relativismo.

Assim, o significado de independência não poderia levar à afirmação de que o jornalismo não depende de nenhum outro agente para cumprir o seu papel, basta observar o conjunto de necessidades a serem atendidas, sejam elas no plano profissional, intelectual, instrumental, tecnológico, financeiro, político, cultural, geográfico, etc. O jornalismo estabelece relações de interdependências, normais no seu processo complexo de elaboração. O limitador, na verdade, é a concentração de dependência em um ou outro agente.

Entre os conceitos relacionados ao jornalismo, compreendemos que o de neutralidade se mostra o menos sustentável, porque iria requerer uma posição a-histórica dos agentes participantes do processo jornalístico. Todos os participantes estão marcados por sua historicidade e falam socialmente de determinado lugar. O próprio jornalismo, em seu conjunto, assume um lugar, definido pelos preceitos e sentidos do seu discurso. As narrativas jornalísticas, neste viés, são compromissadas com os ideais de justiça, dos direitos individuais e coletivos, de consciência social e política, de democracia, além de outros. As linhas editoriais dos meios de comunicação, no exercício do direito de fala a partir do seu lugar histórico, não devem deixar de reconhecer que se encontram condicionadas aos limites preceituais do seu discurso, ou seja, jornalismo é jornalismo.

A imparcialidade, por sua vez, não se explica exatamente porque a narrativa jornalística não se posicionaria contra ou a favor de alguma das partes envolvidas nos acontecimentos publicados. Decorre de uma situação em que dispõe do direito legítimo de narrar a partir do seu ponto de vista, correspondente à sua linha editorial, isto é, de uma perspectiva. A imparcialidade viria do reconhecimento de que, sobre os mesmos acontecimentos, recaem olhares diferenciados, caracterizando outras perspectivas. A imparcialidade, então, não seria o de assumir a compreensão e o interesse de uma das partes, mas o de se movimentar em direção aos fatos, orientado por sua perspectiva, tendo o discernimento da presença de outras perspectivas sociais, caracterizadoras de outras partes constituídas. A narrativa jornalística seria imparcial não porque escapa do domínio de uma das partes e sim porque reconhece e se relaciona com todas as partes percebidas.

O problema da absolutização impacta os sentidos de objetividade e de subjetividade. Possibilita o equívoco de pretender destituir a subjetividade de suas



respectivas objetividades, como também destituir a objetividade de suas respectivas subjetividades. Tais pretensões teriam o poder de retirar sentidos do sonho ou de retirar sentidos da realidade. A superação, ao menos o enfrentamento do jornalismo sobre os efeitos da absolutização, não se constitui somente num ato de consciência ou de vontade. Passa também pelo cenário objetivo das condições existentes.

O INTERDISCIPLINAR NA CONCEPÇÃO DO CURSO

O projeto pedagógico cumpre a função importante de levar um curso de graduação em Jornalismo a refletir sobre sua própria existência, ao buscar explicitar em que termos ele foi concebido. A que nos remete o sentido de concepção? Pensamos no entrelaçamento dos fatores que constituem a lógica central de uma proposta, mas a palavra também nos sugere o significado de gestação e nascimento, verificado dentro de determinado período e condições, caracterizando um processo.

Neste percurso de dúvidas, respostas, expectativas, afirmações e novas perguntas, são diversos os lugares de fala que se encontram para constituírem o lugar de fala específico do curso. Os falantes podem ser identificados como instituições, documentos, normas, experiências e pessoas, no propósito de atenderem exigências formais, necessidades processuais, desafios profissionais e anseios pessoais.

Aqueles que falam tomam corpo nas novas diretrizes curriculares nacionais de jornalismo, nas normas institucionais da universidade, nas experiências acumuladas pelo campo profissional do jornalismo, no conhecimento acadêmico sistematizado pela área da comunicação/jornalismo, na realidade social da região, no estágio educacional dos estudantes, nas diferentes perspectivas teóricas e pragmáticas do quadro docente, nas compreensões e práticas da imprensa local/regional, numa relação de posições e contraposições a definirem as características peculiares do jornalismo de cada instituição de ensino, ou seja, a gerarem a concepção de um curso, em suas dimensões de autenticidade e originalidade.

Por isso, é preciso lembrar que o jornalismo se encontra situado no campo da comunicação e este se caracteriza como disciplina da área das ciências sociais aplicadas, condição que atribui singularidades conceituais e especificações técnicas ao saber jornalístico. A concepção de um curso de jornalismo decorre significativamente da existência de uma autonomia do saber jornalístico que, no entanto, não se encerra nos limites das operacionalizações técnicas. Significa que a comunicação forma um todo



abrangente, no qual se abrigam elementos de origens diversificadas, mais antigos ou mais recentes, e que se tornou fundamental para a compreensão da cultura das sociedades contemporâneas.

O aprofundamento no saber jornalístico, ao mesmo tempo em que o distingue de outras manifestações, demonstra o quanto ele se entrelaça com as transformações que estabelecem as novas culturas comunicacionais. A especificidade lhe remete a fundamentos conceituais que buscam se expressar numa teoria do jornalismo, observadas as contribuições das teorias da comunicação e de outras disciplinas da área das ciências humanas e sociais. Mas a aplicabilidade de conhecimentos requerida pelo campo, demarcada por método e técnicas, o encaminha para o espaço das produções jornalísticas.

As experiências pragmáticas ao longo do tempo podem proporcionar a afirmação de um discurso jornalístico, sustentado na importância da publicação de informações que são de interesse de parcela significativa da sociedade. Propugna-se a favor de um sujeito social esclarecido pela atuação de uma imprensa livre, capaz de ser o espaço de expressão e de representação das diferentes vozes sociais, como também fiscal das ações dos poderes constituídos, comprometido com os sentidos de justiça e de democracia.

A afirmação do discurso não se fez sem contradições, principalmente porque se deu no interior do sistema capitalista e determinado em grande medida pela concentração dos lucros e das tecnologias da informação. O sistema de comunicação, com pretensão de representar a opinião pública, teria se caracterizado mais como o da opinião publicada segundo determinados critérios de seletividade. Se isto ocorreu, também foram reais os inúmeros serviços de orientação a respeito de acontecimentos que impactaram a vida social. Por isso, são pertinentes os argumentos dos que acreditam na capacidade de o jornalismo se rever e se atualizar, para continuar sustentando seus princípios.

Neste sentido, entende-se que o jornalismo passa por certa "crise", não necessariamente de caráter negativo, talvez até positivo pela oportunidade de repensar o seu papel no cenário contemporâneo. Há os que pensam que ele teria esgotado a capacidade de buscar a verdade dos fatos, e os que, ao contrário, avaliam que as sociedades nunca precisaram tanto dele para tentar se compreender.



Uma concepção de curso não poderia se fazer alheia a este quadro de dúvidas e desafios. A história tem demonstrado que as contradições levam o novo a emergir das entranhas do velho, o que nos permite imaginar que o sistema de comunicação altamente concentrado de hoje poderá dar lugar a um sistema bem mais diversificado amanhã, impulsionado pelas possibilidades das novas tecnologias da informação.

O novo ambiente se diferencia em muito daquele em que o jornalismo elaborou o seu discurso, com a mudança progressiva da situação de escassez para a de excesso de informações. Isto não significa, porém, que os sistemas concentrados de informação se tornaram inviáveis, porque as próprias tecnologias viabilizam o link de dados e de plataformas dispersas. Por outro lado, os indivíduos e organizações precisam menos do jornalismo para suas divulgações, na medida em que recursos digitais lhes permitem publicar as informações de seu interesse.

Temos um paradoxo, se pensarmos que o novo patamar tecnológico, propício à diversificação e às redes, parece implodir com o velho sistema, mas sua lógica e percursos fragmentam a vida social. Um número cada vez maior de informações circula em múltiplas direções, porém com dificuldades para constituir um lugar midiático de encontro e de inter-relações das mensagens que ganharam visibilidade.

A fragmentação intensa descaracterizaria o espaço público no qual diferentes culturas buscariam visibilidade e reconhecimento social. Nestes termos, a proposta jornalística retomaria importância, se considerarmos que a natureza das expressões culturais não se encaminha para o isolamento e sim para a sociabilidade. O discurso jornalístico afirma que o seu propósito é a busca da veracidade, no compromisso de mostrar as perspectivas dos diferentes atores sobre determinado acontecimento. Não se trata de prometer a verdade absoluta, até porque inalcançável, mas de empreender movimento, através de um método (corpo simbiótico de técnicas, teorias específicas e preceitos éticos), na busca da verdade, ou seja, na identificação e revelação de elementos que proporcionem o esclarecimento possível sobre um fato da atualidade.

A constatação de que o sistema comunicacional existente, padronizado e centralizado, não expressa a diversidade cultural e talvez nem se proponha a isso, não nos autoriza a concluir automaticamente que o adequado seria a inexistência de todo e qualquer sistema. As contradições e insuficiências não anulam a necessidade de espaço público midiático que assegure trocas simbólicas, com as respectivas visibilidades e tentativas de reconhecimento social.



A tendência é de que sempre haja mecanismos que organizem os componentes fragmentados, explícita ou implicitamente, razão pela qual parece irreal que manifestações sempre desarticuladas produzam as respostas necessárias. Postula-se a importância dos sistemas, mesmo que dinâmicos e provisórios, para se contrapor ao efeito deletério da mera dispersão.

O caminho efetivo de contraposição seria identificar as estratégias de comunicação dos mais diferentes segmentos sociais para, compreendendo-as em suas riquezas e minúcias, possibilitar a constituição de outro e bem mais representativo sistema comunicacional. Implicaria numa efervescente relação de experiências tradicionais de comunicação, presentes em estruturações antigas de suportes, conteúdos, formatos e linguagens, com as expressões que se organizam no ambiente digital das novas tecnologias.

Seria emergir também as experiências comunicacionais sem visibilidade, aquelas que normalmente compõem o arsenal das relações primárias e identificadoras de grupos sociais. Constituir-se-ia em processo de transformação complexo e contraditório, num constante jogo de forças em que o fragmentário tende a dissipar a tradição, afetando a memória e os modos peculiares pelos quais os conhecimentos foram constituídos, enquanto os sistemas estabelecidos procuram anular o poder desestabilizador das novidades.

A concepção de um curso de jornalismo nos tempos atuais deveria passar pelo enfrentamento das contradições acima explicitadas. A revisão do projeto pedagógico, no cumprimento de sua adequação às novas diretrizes curriculares nacionais, é período propício para se estabelecer discussões de tal ordem. Representa, no fundo, um desafio teórico e prático sobre os caminhos do jornalismo na chamada época das convergências, na qual as produções jornalísticas em meios tradicionais (jornal, revista, rádio e televisão) se deparam com as produções voltadas para a internet, sem que se saiba exatamente o que permanece e o que se altera nos padrões jornalísticos existentes. O desafio está apresentado a todo e qualquer curso de jornalismo, de grandes ou pequenos centros urbanos.

A postura inicial de quem se abre ao desafio da convergência é conhecer bem as experiências jornalísticas nos meios tradicionais de comunicação, porque nelas se maturou o desenvolvimento de um saber. O olhar atento ao que aí foi produzido significa mais do que compreender os mecanismos e processos próprios das respectivas plataformas, mas perceber a evolução de uma cultura acadêmica e profissional. Neste



caso, não representa simples retorno ao passado em culto à memória, na medida em que jornal, revista, rádio e televisão continuam sendo agentes demarcadores do mundo do jornalismo, seja na capacidade de alcance ao público como na qualidade da mensagem e na oferta de espaços profissionais.

A inserção nos novos tempos não pode ser um desavisado abandono de princípios, como se o discurso jornalístico tivesse perdido a validade no contexto das novas tecnologias da informação. Uma visão histórica do jornalismo parece indispensável ao enfrentamento dos desafios da atualidade, porque um conjunto de valores emerge para tensionar com os preceitos em fase de organização no ambiente digital.

Pode-se assinalar uma série de entendimentos decorrentes do discurso: o jornalista deve assumir o papel de intelectual e de produtor/articulador de conhecimentos; a relação entre o universal, o particular e o singular mobiliza centralmente a ação jornalística; são assumidos compromissos com a liberdade de expressão, o direito à informação, a dignidade do exercício profissional e o interesse público; o jornalista se compromete a propiciar a diversidade cultural, bem como a fiscalização dos poderes instituídos.

Além destas compreensões, a concepção de um curso de jornalismo deverá estabelecer metodologias que insiram o espírito da apuração e da investigação, de forma objetiva, como fator central na formação jornalística, por colaborar para o discernimento e a perspicácia na atuação profissional, na superação do senso comum. Afirma-se a necessidade de uma sólida formação humana, uma cultura ampla que, de tão necessária, chega a constituir-se num requisito específico do campo de conhecimento e do campo profissional.

Acrescenta-se mais um ponto pertinente à formação desejada por um curso. Parece necessário que o jornalismo defina uma grande linha editorial, coerente com seus fundamentos históricos, voltados ao esclarecimento, à consciência cidadã e à participação pública. Esta linha editorial dos cursos de Jornalismo, como nos sugere as novas Diretrizes Curriculares, pode encontrar respaldo na Declaração Universal dos Direitos Humanos. A comunicação/jornalismo possibilita a expressão de todos os demais direitos previstos na Declaração. E especificamente, no artigo XIX do documento, a comunicação é caracterizada como direito fundamental.



No espectro de suas preocupações, faz-se necessário ainda ao curso compreender a importância dos meios de comunicação públicos no contexto dos sistemas de comunicação previstos na constituição brasileira de 1988. E também entender o papel que a comunicação alternativa desempenhou e ainda pode vir a desempenhar na construção do jornalismo, ao explicitar a relação dos campos hegemônicos e contra hegemônicos, e na revelação de culturas sem visibilidade. Requer esforço para ingressar nos meandros das relações de três segmentos fundamentais no jornalismo: os meios de comunicação, o profissional jornalista e o público. A ausência ou a fragilização de qualquer um deles descaracteriza o processo jornalístico. É preciso pensar na perspectiva de um "jornalismo sociológico", intensificando o vetor do conhecimento da sociedade como fundamental para a formação jornalística, ao lado das competências conceituais e técnicas específicas.

Em sua concepção, um curso de jornalismo deve capacitar o estudante para identificar os fundamentos jornalísticos em produções que circulam por diferentes mídias. Nota-se que as linguagens e os formatos mudam com mais rapidez nestes tempos de convergência midiática, enquanto os fundamentos permanecem por mais tempo. A crise, assim, seria mais da roupagem, da competição pela informação e da viabilidade dos modelos tradicionais dos negócios. Os princípios jornalísticos se mostram firmes e válidos no ambiente comunicacional da sociedade contemporânea.

Toma-se como orientação o entendimento de que o jornalismo, apesar das contradições, afirma-se como um caminho peculiar de conhecimento do mundo, transitando entre as categorias do singular, do particular e do universal, na construção de sujeitos sociais conscientes, autônomos, mas intersubjetivos e afeitos à sociabilidade. Trata-se de um discurso, portanto, de caráter e de sentido humanizante.

O mundo acadêmico se relaciona com o mundo do trabalho e o curso precisa conhecer as características do mercado profissional. Não se pode esquecer que a expectativa do estudante, quando ingressa na universidade, é fundamentalmente se capacitar para o exercício de uma profissão, pela qual almeja alcançar determinada posição social. O curso tem a responsabilidade de bem formar bons profissionais e isto o coloca em contato com as empresas de comunicação, situação nem sempre bem administrada por ambas as partes. Mas a questão não é se o curso de Jornalismo deve ou não ter relações com as empresas de comunicação e o mercado, mas sim que relações ter. Estas precisam ser complementares, respeitadas a autonomia e a natureza das empresas, como também da instituição de ensino.



Parte-se do entendimento de que é preciso constituir um curso superior de jornalismo capaz de, a partir de sua originalidade, contribuir para repensar os caminhos do campo de conhecimento e da área profissional. Compreende-se que os desafios da área são tão grandes na era das convergências midiáticas que os cursos, mesmo em realidades interioranas, podem desenvolver experiências e preceitos inovadores. Um dos recursos importantes neste sentido é a adoção de mecanismos que proporcionem intrínseca relação entre teoria e prática, entrecruzando os fundamentos da área disciplinar do conhecimento e os do campo profissional. Teríamos os princípios universais do jornalismo, mas afirmados na singularidade das questões locais/regionais.

As estratégias pedagógicas são definidoras da concepção de um curso. A "formação acadêmica" desejada não se confunde com "formatação acadêmica" e dialoga necessariamente com o conceito de autonomia. Reiteramos a importância de se estabelecer metodologias que insiram o espírito da apuração, como sinal de discernimento e de perspicácia no exercício jornalístico; valorizem a interdisciplinaridade entre os segmentos (ensino, pesquisa e extensão); capacitem pedagogicamente os professores de jornalismo a partir das próprias experiências do curso; referencie a produção jornalística laboratorial nas produções profissionais, subordinando-a, no entanto, aos parâmetros da reflexão e da compreensão.

A implantação do estágio curricular obrigatório, definido pelas novas diretrizes curriculares, desafia os cursos de jornalismo a desenvolverem uma produção laboratorial bem mais qualificada, caso contrário ocorreria a consequência indesejável de os estudantes passarem a ter como referência apenas as práticas existentes nas mídias. Verificar-se-ia, neste caso, uma separação entre teoria e prática, em que os meios de comunicação ficariam com as práticas e os cursos com as teorias. O ensino acadêmico, assim, não formaria o ciclo complete de teoria e prática, numa relação dialética, e se afastaria de um processo efetivamente interdisciplinar. Inviabilizaria o aprendizado de se perceber na produção jornalística laboratorial, simultaneamente, os seus componentes teóricos e práticos. Não permitiria, especialmente, o exercício, cada vez mais necessário nos cursos acadêmicos, de identificação dos conceitos que sustentam e organizam determinada produção. Da mesma forma, pode levar os estudantes a não perceberem que elaboram suas produções a partir de determinados conceitos.

As produções diversificadas, assim como os conhecimentos presentes nas demais ações de ensino, pesquisa e extensão nos encaminham para questão mal resolvida em nossa área: o conceito de interdisciplinaridade. Existe em alguns o receio de que o



interdisciplinar leve o jornalismo a ser dissolvido, sem especificidade, no espaço mais amplo da comunicação. É preciso lembrar, porém, que o interdisciplinar pressupõe a disciplina. E que esta se origina de associações históricas de conhecimentos oriundos de determinadas disciplinas e tende a participar de novas relações interdisciplinares. Por isso, envolve-se na configuração de novos campos do conhecimento ou na transformação de campos já estabelecidos.

Podemos argumentar aqui que a formação do jornalista, mesmo sendo específica, requer uma especialização no geral, ponto de encontro de conhecimentos que precisam ser interpretados nos significados e funções que assumem no jornalismo. Assim, o jornalista não tem como rejeitar a interdisciplinaridade. O especialista que se fecha ao movimento do interdisciplinar não garante o espaço nem a legitimidade da própria disciplina. O jornalismo, assegurado o conhecimento específico, participa de ações interdisciplinares, contribuindo para o revigoramento do seu campo e também do de outros campos do saber. Caso contrário, numa relação distorcida, o especialista pode representar o fim da própria especialização. Discussões neste sentido tem a possibilidade de contestar o entendimento de que o jornalismo não se harmonizaria com a pretensão do conhecimento complexo.



O exercício livre e individual para se pensar e expressar remete a um percurso que deverá revelar que a autonomia não representa isolamento, porque a própria posição autônoma resulta da presença de outros, de forma consentida ou não, consciente ou inconsciente. O processo pedagógico, seja na dimensão mais ampla do conhecimento humano como no âmbito da formação pretendida pela matriz curricular de um curso de jornalismo, desencadeia um processo de relações entre o disciplinar, o interdisciplinar e o transdisciplinar, como partes de uma totalidade.

Vemos que as disciplinas da matriz enfrentarão dificuldades em seus processos pedagógicos, se não considerarem ou não perceberem as concepções que organizam a área da comunicação/jornalismo e o plano pedagógico do curso. Implica em ver de modo atento os movimentos de constituição deste campo, marcado por afirmações, dúvidas e contradições, ou seja, nas riquezas e misérias de suas experiências históricas. A mais simples técnica, para ser bem sucedida, deveria observar os significados das concepções.



Como mencionado, não é propósito deste estudo ingressar em particularidades de qualquer disciplina do currículo e sim indicar pistas de soluções pedagógicas, sustentadas numa conceituação e na valorização do ato interdisciplinar.

As pistas podem ser resumidas no seguintes pontos: a formação jornalística efetua uma articulação complexa de conhecimentos; é importante a habilidade/competência para perceber e empeender o movimento interdisciplinar; aguçar o olhar para identificar as experiências sociais e comunicacionais sem visibilidade; inserir nos processos (teóricos ou práticos) o espírito da apuração e da investigação; submeter a produção jornalística laboratorial aos parâmetros da reflexão e da compreensão; atribuir atenção especial ao campo amplo da comunicação; desenvolver a capacidade de descontruir e reconstruir narrativas; captar o potencial comunicativos de diferentes linguagens; descobrir novas formas de explorar os sentidos humanos; identificar e valorizar as características e experiências dos estudantes.

Como contribuição para se pensar o campo do jornalismo, estabelecemos algumas classificações conceituais, com base em nossa experiência docente dos últimos anos. Por ver necessidade de o jornalismo aguçar sua capacidade de observar a realidade social e fazer narrativas pertinentes, propomos a denominação "Jornalismo sociológico", com o intuito de demarcar aquilo que compreendemos ser o centro da formação jornalística. As demais competências específicas são importantes, no entanto somente se justificam mediante o conhecimento que podem proporcionar dos temas relevantes da sociedade. O caráter sociológico é fundamental e não complementar na formação jornalística.

Diante do atual ambiente de crise do campo, com indefinições sobre o papel e tendências do jornalismo, consideramos oportuno organizar uma classificação quanto ao alcance da atuação jornalística, assim especificadas: a) Jornalismo Pleno; b) Jornalismo Dimensionado; c) Pseudojornalismo.

Na primeira acepção, Jornalismo Pleno é aquele no qual se cumpre todos fundamentos do jornalismo, conforme estabelecido no seu discurso tradicional, desenvolvido nas redações compromissadas em revelar a diversidade social. Na segunda acepção, o Jornalismo Dimensionado se caracteriza pelo cumprimento significativo dos fundamentos do jornalismo, deixando, entretanto, de aplicar na íntegra o propósito da isenção, porque se encontra comprometido em preservar e valorizar a imagem de determinado segmento social. Encaixa-se, neste caso, os serviços de assessoria de imprensa ou assessoria de comunicação. Mesmo com restrições, O Jornalismo Dimensionado contribui para o estabelecimento de padrões de comunicação



mais adequados à sociedade, por seu grau de profissionalismo, ao prezar pela ética e pela competência técnica.

Já na terceira acepção, Pseudojornalismo significa que as coberturas e suas respectivas narrativas não correspondem aos fins jornalísticos, particularmente em termos de conteúdo, embora mantenham a aparência ao se expressar em formato claramente noticioso. O Pseudojornalismo tem sido praticado pelos grandes meios de comunicação e pode ser considerado o responsável principal pela crise de identidade que o campo atravessa.

As experiências pedagógicas inovadoras nos espaços dos cursos de ensino superior podem contribuir para o jornalismo superar sua atual crise de identidade, ao permitir que os fundamentos do campo sejam revistos e atualizados. A época que vivemos de convergências midiáticas leva o jornalismo a se deparar com imensos desafios, a fim de reafirmar o seu valor para as sociedades, assentado em suas marcas de autenticidade e originalidade. Como estratégia pedagógica, os cursos de jornalismo poderiam criar um portal, plataforma que tem condições de estímular o ato interdisciplinar, promovendo o encontro de todas as atividades acadêmicas, numa convergência de mídias, linguagens e temas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Luiz. Iniciação à filosofia do jornalismo. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão** – seguido de A influência do jornalismo e os jogos olímpicos. Rio de Janeiro:Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo: Relatório da Comissão de Especialistas instituída pelo Ministério da Educação, 2009. In: file:///C:/Users/COM/Documents/Novas%20diretrizes%20curriculares%20Jornalismo/Relatorio%20Comissao.pdf. Acesso em 2/2/2016.

Resolução N° 1, de 27 de setembro de 2013. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (Resolução CNE/CES 1/2013). In: Diário Oficial da União, Brasília, 1° de outubro de 2013 — Seção 1 — p. 26.

CHRISTOFOLETTI, Rogério (Org). **Questões para um jornalismo em crise**. Florianópolis, SC: Insular, 2015.

FRIGOTTO, G. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. In: BIANCHETTI. L., JANTSCH. A. Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito. Petrópolis: Vozes, 1995.

GADOTTI, Moacir. **Realidade**. In.: Streck; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Editora Tchê Ltda, 1987.



GOMES, Wilson. **Jornalismo**, **fatos e interesses**: ensaios de teoria do jornalismo. Série Jornalismo a Rigor. V. 1. Florianópolis, SC: Insular, 2009.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. **O problema da imprensa.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

OLIVEIRA, Marlize Rubin; ALMEIDA, Jalcion. **Programa de pós-graduação interdisciplinares**: o contexto. In: RBPG, Brasília, v. 8,n. 15, p. 37-57.

PAVIANI, Jayme. **Interdisciplinaridade**: conceitos e distinções. Caxias do Sul-RS: Educs, 2008.

MAROCCO, Beatriz; BERGUER, Chirsta (orgs.). A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.

MARTINS NETO, João dos Passos. **Fundamentos da liberdade de expressão**. Florianópolis-SC: Insular, 2008.

MORAES, Vinicius de. Antologia Poética. Rio de Janeiro: Editora do Autor, 1960.

MORETZSOHN, Sylvia. **Pensando contra os fatos**: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

MOURA, Dione Oliveira; PEREIRA, Fábio Henrique; ADGHIRNI, Zélia Leal (orgs). **Mudanças e permanências do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2015.

PEREIRA JUNIOR, Luiz Costa. **A apuração da notícia**: Métodos de investigação na imprensa. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.

PIRES, Marília Freitas de Campos. **Multidisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino.** Revista Interface Comunicação, Saúde e Educação., fevereiro 1998. Disponível em http:interface.org.br/

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo.** Florianópolis: Insular, 2015.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio de Língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

VAZ, Ana Lúcia. **Jornalismo na correnteza:** senso comum e autonomia na prática jornalística. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2008.

Artigo recebido em 11/08/2019 e Aprovado para publicação em 09/09/2019.